

TRADUÇÕES

Guilherme de Ockham

Sobre os insolúveis

[1] Sobre os insolúveis é preciso saber que algumas coisas são ditas insolúveis pelos sofistas, não porque não possam ser resolvidas, mas antes porque são resolvidas com dificuldade.

[2] Assim, é preciso saber que os sofismas são insolúveis, quando, por conseqüências aparentes, que parecem ser reguladas por regras necessárias, de alguma proposição contingente é inferida uma [proposição] incompatível com ela; e eles são ditos insolúveis, porque é difícil impedir tais conseqüências. E tais argumentos não podem ocorrer senão quando um ato humano considera [1] esse termo ‘falso’, ou algum [termo] similar, afirmativamente; ou [2] o termo ‘verdadeiro’, ou algum [termo] similar, negativamente; como é o caso de “Sócrates diz o falso” [*Sortes dicit falsum*] e “Sócrates não diz o verdadeiro” [*Sortes non dicit verum*].

[3] E um insolúvel ocorre deste modo. Sócrates, por hipótese, começa assim falando “Sócrates diz o falso”, e não fala mais nenhuma outra coisa; e, então, pergunto: ou Sócrates diz o verdadeiro, ou Sócrates diz o falso. Se disseses que Sócrates diz o verdadeiro, e não diz senão esta proposição “Sócrates diz o falso”, então, esta [proposição] “Sócrates diz o falso” é verdadeira; e, por conseqüência, Sócrates diz o falso; e, assim, se diz o verdadeiro, diz o falso. Se disseses que Sócrates diz o falso, logo esta [proposição] “Sócrates diz o falso” é verdadeira; e Sócrates diz isto, logo Sócrates diz o que é verdadeiro; e, por conseqüência, Sócrates diz o verdadeiro; e assim, nesse caso, se Sócrates diz o falso, diz o verdadeiro.

[4] Esse argumento é dito insolúvel, porque é resolvido com dificuldade. E, para a solução desse e de todos os outros [insolúveis], é preciso saber que tal proposição contingente, a partir da qual deve ser inferida uma [proposição] incompatível com ela, ou [a] tem este termo ‘falso’, ou algum similar, ou [b] tem este termo ‘verdadeiro’, ou algum similar. Se for do primeiro modo, é necessário que [a proposição] seja afirmativa e deve ser dito que ela é falsa; assim, se Sócrates começar falando “Sócrates diz o falso”, deve ser dito que esta proposição é falsa. Se, todavia, começasse dizendo “Sócrates não diz o falso”, não poderia ocorrer um argumento

VERITAS	Porto Alegre	v. 52	n. 3	Setembro 2007	p. 170-175
---------	--------------	-------	------	---------------	------------

parecido. Se, todavia, a proposição contiver o termo ‘verdadeiro’, ou algum similar, é necessário que [a proposição] seja negativa, e então deve conceder-se que aquela proposição é verdadeira. Desse modo, se Sócrates começar falando “Sócrates não diz o verdadeiro”, deve conceder-se que esta [proposição] seja verdadeira.

[5] E se é argüido: se esta [proposição] “Sócrates não diz o verdadeiro” é verdadeira, e Sócrates diz esta proposição, logo, Sócrates diz uma proposição verdadeira, é preciso ser dito que esta conseqüência “Sócrates diz esta proposição, e esta proposição é verdadeira, portanto, Sócrates diz uma proposição verdadeira” não é válida. E a razão para esta negação é porque, nesta proposição, “Sócrates não diz o verdadeiro”, o predicado não pode supor por esta proposição toda da qual é parte, embora não por ser a parte dela. E por isso esta proposição “Sócrates não diz o verdadeiro” equivale a esta “Sócrates não diz algo verdadeiro além disto: Sócrates não diz o verdadeiro”. E, por isso, assim como não se segue “esta é verdadeira, e Sócrates a diz, logo, diz alguma proposição verdadeira além desta”. Assim, não se segue “Sócrates diz esta proposição: Sócrates não diz o verdadeiro, e esta é verdadeira, logo, Sócrates diz o verdadeiro”, e isto porque foi dito que essas duas [proposições] “Sócrates não diz o verdadeiro” e “Sócrates não diz algo verdadeiro além disso: Sócrates não diz o verdadeiro” são equivalentes.

[6] Do mesmo modo, proporcionalmente, deve responder-se ao argumento precedente. Porque, quando Sócrates começa falando assim “Sócrates diz o falso”, e se pergunta “ou Sócrates diz o verdadeiro ou diz o falso”, deve ser dito que Sócrates nem diz o verdadeiro nem o falso; assim deve conceder-se que nem é dito o verdadeiro nem é dito o falso além disso. E, então, não se segue “esta é verdadeira: Sócrates diz o falso; e Sócrates a diz ; logo, Sócrates diz o falso”, assim não se segue “Sócrates diz isto, e isto é falso, logo, Sócrates diz algo falso além disso”. E isso porque essas duas [proposições] “Sócrates diz o falso” e “Sócrates diz algo falso” equivalem, isto porque nesta [proposição] “Sócrates diz o falso” o predicado não pode supor por esta proposição.

[7] E se se disser: esse argumento parte do inferior para o superior sem negação e sem distribuição, logo a conseqüência é boa, deve ser dito que a conseqüência não é válida, a não ser quando este superior nesta conseqüência possa supor nela pelo inferior. Donde, se nesta [proposição] “O homem é um animal”, animal não pode supor pelo homem, esta conseqüência “Sócrates é homem, logo, Sócrates é animal”, não seria válida. Nesta, todavia, “Sócrates diz o falso”, o predicado não pode supor por toda esta proposição, por isso não se segue “Sócrates diz o falso, logo, Sócrates diz o falso”.

[8] A partir do que tem sido dito, o estudioso pode responder a todos os insolúveis, se, para resolvê-los, busca dirigir diligentemente sua atenção e indagação sobre a natureza dos insolúveis. Deixo isso para os hábeis, porque inseri esses [conteúdos] acerca das obrigações [*obligationibus*] e dos insolúveis somente para

complementar esta Suma e para que tão importante parte da lógica não permanecesse totalmente intacta.

Guilherme de Ockham, *Summa Logicae*. De insolubilibus, III-3, 46. In: *Opera Philosophica I*. Ed. Philotheus Boehner, Gedeon Gál and Stephanus Brown. The Franciscan Institute, St. Bonaventure, N.Y. 1974, p. 744-746.

Pedro Leite Junior
PUCRS

Guilherme de Ockham

Proêmio da Exposição dos Livros da Arte da Lógica

[1] Visto que tudo que opera, e que em suas operações e ações pode errar, carece de uma direção [*directivo*], e o intelecto humano, na aquisição da ciência e de sua perfeição, procede necessariamente do desconhecido para o conhecido, e a esse respeito a direção pode errar de múltiplas maneiras, foi preciso inventar uma arte por meio da qual pudesse, com evidência, distinguir os discursos verdadeiros dos falsos, para poder, enfim, discernir com certeza o verdadeiro do falso. Esta arte, porém, é a lógica e por tê-la ignorado, no dizer do Filósofo – *Física I* – é que muitos dos antigos caíram em diversos erros.

[2] Acerca dessa arte, primeiramente, devem ser antepostas algumas considerações gerais; em segundo lugar, é mister achegar-se da exposição dos diversos livros da lógica. Acerca do primeiro ponto, primeiro é preciso tratar da entidade [*entitate*] e da quiddidade [*quidditate*] dessa ciência; em segundo, do seu tema [*subiecto*]; em terceiro, de sua utilidade; em quarto, de sua diferença essencial em relação às outras ciências; em quinto, em que parte da filosofia ela se encaixa.

[3] Acerca da primeira questão, é preciso brevemente dizer que a lógica não é um hábito numericamente uno, nem um indivíduo único como Sócrates e Platão, ou este asno, ou este boi, ou esta brancura, ou esta negrura, mas é uma coleção de múltiplos hábitos, por meio dos quais o silogismo, em geral, com suas partes, tanto subjetivas quanto integradas, e as propriedades deles são conhecidos; assim, por uma parte da lógica é conhecido o silogismo e suas propriedades; por outra parte, é conhecido o silogismo demonstrativo e suas propriedades; e por outra parte, é conhecida a proposição e suas propriedades, e assim por diante. E não somente isso, mas também, por outra parte é conhecida a proposição que enuncia essa propriedade a respeito do silogismo em geral, e outra parte que enuncia outra propriedade do mesmo silogismo em geral, de modo que, na medida

em que variam os sujeitos ou os predicados das proposições conhecidas na lógica, variam também as partes da lógica; e todas essas partes constituem uma única lógica, não como uma coisa numericamente una, mas do modo como numerosos homens formam um único povo, e diferentes cidades um único reino, e assim para outras coisas diversas; e delas dizemos que uma coisa única é constituída, às vezes, de múltiplas coisas da mesma natureza, e às vezes é constituída de algum modo de múltiplas coisas de diferentes naturezas.

[4] Para determinar essa conclusão, é suficiente, no momento, o seguinte raciocínio; quando [duas] coisas são tais que uma terceira coexiste com uma delas e não com a outra, elas não são da mesma natureza. [Por exemplo] sabe-se uma conclusão, a partir do livro dos *Segundos Analíticos*, porque é sabida uma outra conclusão do mesmo livro, e chamo a primeira conclusão de *a* e outra *b*; assim, visto que o conhecimento de *a*, obtido de *b*, está errado, mas o conhecimento de *b*, obtido de *b*, não está errado, então, *a* e *b* não são da mesma natureza. A partir disso, argumento: todas as vezes que as coisas são de natureza diferente, não ocorre que algo seja numericamente uno, a menos que uma delas seja um ato e a outra uma potência, segundo aquilo que diz o Filósofo, no livro VII da *Metafísica*; mas nenhuma ciência é composta por tais coisas, porque, conforme diz o Filósofo, igualmente, nenhum acidente é composto por tais partes, mas unicamente por partes da mesma natureza; assim, por tais conhecimentos, não ocorre uma ciência numericamente uma.

[5] Em segundo, é preciso tratar das causas essenciais desta ciência. A esse respeito, é preciso saber que esta ciência, como toda outra ciência, tem duas causas essenciais, falando no sentido próprio de causa; a razão disso é que nenhuma coisa simples, não composta de partes de natureza diferente, pode ter senão duas causas, a saber, a eficiente e a final; mas toda ciência é simples, por carecer de composição de partes de natureza diferente; logo, nenhuma ciência tem mais do que duas causas. A [premissa] maior é manifesta, porque toda a causa de uma coisa ou é uma causa intrínseca, e então é parte da coisa, como é o caso da matéria e da forma, ou é uma causa extrínseca, como a eficiente ou a final; mas nenhuma coisa simples, por carência de composição de partes de natureza diferente, tem matéria e forma como causas intrínsecas, porque, se tal fosse o caso, ela seria composta por elas, como de partes de natureza diferente; logo, nenhuma coisa simples pode ter mais do que duas causas.

[6] E por isso, o que é dito comumente, toda ciência tem quatro causas, a saber, material, formal, eficiente e final, não é verdadeiro, porém, falando propriamente de causa, como fala o Filósofo na *Física II* e na *Metafísica V*, mas, somente, estendendo-se o nome 'causa' e falando de causa no sentido impróprio. E, por isso, o que é dito causa material antes deveria ser dito o sujeito [*subiecto*] da ciência ou o predicado [*praedicatum*] ou o objeto [*obiectum*] da ciência, melhor do que a causa;

e assim considera-se, caso se entenda bem, a causa material como objeto que, todavia, se é causa, não pode ser causa senão no gênero de causa eficiente ou talvez final.

[7] Visto, portanto, que a ciência não tem senão duas causas, é preciso saber que a causa eficiente da lógica utilizada [nas Escolas] é dita ser de Aristóteles, porque ele foi o primeiro a ensiná-la e o primeiro a ter publicado essas coleções ou esses livros dos quais nos servimos; contudo, a tua causa eficiente da lógica ou a minha devem estar relacionadas proporcionalmente com a causa eficiente dos outros hábitos intelectivos; mas isso pertence mais ao livro *De Anima*. A causa final da lógica, entendendo-se a lógica como um hábito ou como uma coleção de hábitos, é o ato de conhecimento por meio do qual tal hábito é gerado. Porém, o fim desses atos, que é o fim mediato do hábito ou dos hábitos, é propriamente aquele por causa do qual é evocado; mas isto cabe à ciência natural tratar.

[8] Em terceiro, é preciso tratar da utilidade dessa ciência. É mister saber que essa ciência serve para múltiplos fins, dentre os quais um é a facilidade para discernir entre o verdadeiro e o falso. Pois, se essa ciência for perfeitamente possuída, facilmente se avalia aquilo que é verdadeiro e aquilo que é falso, e isso se pode saber quanto a proposições conhecidas por si mesmas [*per se notas*]. Porque, em tais casos, não é necessário senão proceder em ordem, indo de proposições conhecidas por si mesmas até à última conseqüência delas, e tal discurso e processo ensina-a a lógica; segue-se que por ela descobre-se facilmente o verdadeiro, e pela mesma razão é discernido o verdadeiro do falso.

[9] A segunda utilidade da lógica é a prontidão de responder. Pois, esta ciência ensina a discernir o que é incompatível com a proposição, o que é o conseqüente, o que é o antecedente; uma vez conhecidas essas três coisas, com facilidade nega-se o incompatível, concede-se o conseqüente e responde-se como o antecedente, por sua qualidade, não é pertinente em razão de sua natureza. Esta arte ensina, também, a solucionar todos os argumentos que pecam na forma; pois, em toda e qualquer ciência, não é possível, a partir de proposições verdadeiras, inferir sofisticamente alguma coisa falsa, sem que, graças às regras certas que ensina esta ciência, seja revelado facilmente o defeito, o que é impossível sem essa arte ou seu uso; por ignorar essa ciência, muitas demonstrações são tomadas por sofismas e, inversamente, muitos sofismas são admitidos como demonstrações, não sabendo distinguir entre o silogismo sofisticado e o demonstrativo.

[10] Outra utilidade da lógica é a facilidade de perceber o sentido literal das palavras [*virtutem sermonis*] e a maneira própria de falar. Pois, por essa arte, sabe-se facilmente aquilo que os autores proferem em sentido literal e aquilo que dizem em um sentido não-literal, mas conforme a maneira usual de falar ou conforme a intenção do que é dito, o que é dito propriamente, o que é dito metaforicamente; isto é extremamente necessário para todos aqueles que estudam as palavras dos

outros, pois aquele que sempre interpreta de maneira própria o que é dito pelo autor, de forma literal, cai em numerosos erros e intrincáveis dificuldades.

[11] Em quarto, é preciso tratar o que diferencia e distingue essa ciência de outras. É preciso saber que essa ciência por si mesma se distingue de todas as outras, porque essa ciência é [trata] de outras coisas e as outras ciências são [tratam] de outras coisas. Pois essa ciência, ao menos principalmente, ensina o conhecimento dos conceitos ou das intenções produzidas pela alma, não fora dela como as coisas artificiais produzidas, mas no interior dela mesma. Contudo, quanto a saber o que são essas produções, isto é, os conceitos e as intenções, que estão no silogismo, as proposições, os termos e outras coisas semelhantes, em outras palavras, quanto a saber se existem realmente ou subjetivamente na alma ou de algum outro modo, não cabe à lógica [tratar], mas à metafísica; e é preciso a esse respeito guardar silêncio aqui. Disto resulta que esta ciência é dita racional, ao passo que as outras ciências demonstrativas são ditas reais, não que esta não seja uma verdadeira realidade e uma verdadeira qualidade que aperfeiçoa o intelecto, como as outras ciências, mas porque ela trata dos seres que têm existência somente na razão, enquanto as outras ciências tratam das coisas que existem fora da alma.

[12] Por último, é preciso saber em qual parte da filosofia a lógica se encaixa; em outras palavras, se essa ciência é um conhecimento prático ou especulativo. É preciso dizer, como diz Avicena, no início de sua *Metafísica*, que o que faz a distinção entre as ciências práticas e as ciências especulativas é que as ciências práticas são acerca de nossas atividades [*de operibus nostris*], enquanto as ciências especulativas não são acerca de nossas atividades. Daí é claro ser preciso dizer que a lógica é prática, pois, como a ciência da lógica trata dos silogismos, das proposições e de outras coisas desse gênero, que não podem receber ser, senão de nós, segue-se que ela se ocupa com nossas atividades, não com as atividades exteriores, a não ser de modo secundário, mas com as atividades interiores que são verdadeiramente nossas e, conseqüentemente, esta é uma ciência prática e não especulativa.

Guilherme de Ockham, *Expositionis in Libros Artis Logicae: Prooemium*.

In: *Opera Philosophica II*. Ed. Ernest Moody. The Franciscan Institute, St. Bonaventure, N.Y. 1978, p. 3-7.

Pedro Leite Junior
PUCRS